

↓ O Estado de S. Paulo
CMP 2.17.112

NOTAS E INFORMAÇÕES

O apoio a Moscou vale um bispado

Nos últimos dias da semana finda, analisamos em editorial as três importantes eleições (no Chile, na Argentina e na França) que podem mudar o rumo da história na América Latina e na Europa, consequentemente em todo o Ocidente. Dada sua importância e pelo fato de o segundo — e último — escrutínio das eleições francesas realizar-se hoje, voltamos ao problema da França.

Quando, há dias, "Le Monde" endossou o programa eleitoral da União das Esquerdas, de maioria marxista, fê-lo na clara consciência de que com sua opção eleitoral, destinada a servir de alternativa momentânea ao oficialismo estabelecido há 15 anos, poderá contribuir para a perpetuação do marxismo no poder. Se isso afirmamos, é porque, como se demonstra também no Chile, o marxismo não se considera apenas como uma alternativa transitória à democracia liberal, nem aceita o jogo democrático que determina a alternância das diversas forças políticas e ideológicas no poder.

Aliás, o problema radica nas diferenças que se podem estabelecer entre as democracias anglo-saxônicas, preponderantemente protestantes, e as democracias latinas, cuja população é, em sua maioria (ao menos nominalmente), católica. As democracias anglo-saxônicas estruturaram-se como sistemas bipartidários, que asseguram a alternância tranquila e segura das duas principais correntes políticas no poder. Essa rotatividade nunca significa uma solução de continuidade no regime, e portanto nunca o coloca em xeque — isso porque as duas correntes políticas, embora rivais e estabelecendo diferentes prioridades programáticas e preferências metodológicas na ação governamental, possuem a mesma "Weltanschauung". São, assim, grupos políticos diferentes, mas professando a mesma visão do mundo, que disputam a preferência do eleitorado, e quando a conquistam, em função do sistema bipartidário, a conquistam com maioria absoluta e inquestionável.

As democracias latinas funcionam na base dos sistemas pluripartidários, nos quais a alternância mais ou menos tranquila dos partidos no poder só é possível quando a aritmética e as combinações parlamentares permitem formar uma coligação entre as forças democráticas, ou exigem uma coligação em que as forças marxistas se colocam em minoria. Uma coligação preponderantemente marxista, sobretudo quando sob firme domínio comunista, pela natureza dos seus pressupostos programáticos, representa uma ameaça à manutenção do regime democrático e ao próprio princípio de alternância democrática no poder — princípio em cujo nome faz seu proselitismo eleitoral.

São justamente estes riscos e estas ameaças que se configuram nas eleições francesas de hoje, atribuindo-lhes importância histórica transcendental. Ao observador cabe registrar fatos e não fazer profecias. Por isso, o que neste momento nos preocupa não é fazer previsões sobre o resultado do escrutínio, mas constatar a existência de uma intrigante questão: por que, justamente nos países latinos de maioria nominalmente católica, corre a democracia o perigo de ser abolida graças a uma vitória eleitoral dos partidos marxistas, eventualmente dominados pelos comunistas totalitários?

Há quem insista em que o

comunismo atuante fora da órbita soviética — em que se impôs pela revolução armada de uma minoria (Rússia), ou pela guerra civil (na China), ou foi imposto pelas balonetas do Exército Vermelho ("democracias populares" da Europa Central e Oriental) — exerce atração significativamente maior sobre a opinião pública dos países católicos (e latinos) do que sobre a dos países protestantes (germânicos e anglo-saxônicos). Com efeito, enquanto na França e na Itália, mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, o eleitorado comunista oscilava sempre entre 20 e 30% de toda a população — e na Espanha, durante a Guerra Civil, foi o comunismo que manteve a resistência das esquerdas nos dois anos de encarniçadas lutas contra o caudilhismo —, nos países considerados tradicionalmente protestantes (Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha — entenda-se a República Federal), os comunistas não conseguem eleger sequer um deputado para os órgãos da representação popular.

Há várias explicações possíveis para esse fato. Em primeiro lugar, a des cristianização em massa produziu na alma dos povos um vazio psicológico, o qual é responsável pela circunstância de o lugar antes ocupado pela religião absoluta e total ter sido preenchido pela ideologia totalitária, que exige e suscita dedicação total quase-religiosa. Além do mais, historicamente, a Igreja Católica, depois de sua separação do Estado, após a Revolução liberal, encontrou o seu maior adversário no que o Syllabus do Papa Pio IX chamou de "civilização moderna", cuja essência seria a secularização e a democratização (da ordem temporal), e a liberalização e privatização das atividades intelectuais e econômicas. Segundo o Syllabus errorum do Papa Pio IX, a civilização moderna, assim definida, é irreconciliável com o cristianismo: "O Pontífice Romano não pode e não deve reconciliar-se com o progresso, com o liberalismo e com a civilização moderna". Essa tese, enunciada em 1864, de tal forma e com tal força se enraizou nas consciências que católicos que hoje se intitulam progressistas, modernistas ou democráticos chegam a reconciliar-se e mesmo a comprometer-se com o socialismo e o comunismo (incluídos por Pio IX no conceito da "civilização moderna"), só porque esses movimentos são os adversários mais intransigentes do liberalismo e do capitalismo. E, nesse compromisso com o socialismo, os sucessores daqueles que condenaram o liberalismo, por ter dessacralizado a ordem temporal, propõem a secularização da própria ordem supranatural da Igreja. E os descendentes daqueles que condenaram a "civilização moderna", pelo que as liberdades nela implícitas tinham de anti-religiosas, hoje reivindicam para si a liberdade da consciência secular perante os Dogmas e aceitam a visão socialista da libertação humana. Se os marxistas totalitários não perseguem os que professam tal "religião católica", é porque ela deixou de ser Religião e Católica.

A opinião pública dos paí-

ses ditos católicos naturalmente acompanha de perto a tomada de posição do Papado, que ainda em 1907, no decreto "Lamentabili" e na encíclica "Pascendi", ambos os documentos de autoria do Papa Pio X, condenou o "modernismo", que era a orientação daqueles católicos que aplicaram à sua fé as teses condenadas pelo Syllabus de Pio IX. Hoje, porém, os tempos mudaram. O representante da Secretaria do Estado do Vaticano, o arcebispo Casaroli, acaba de estabelecer, em Praga, um "modus vivendi" com o regime checoslovaco, o mais stalinista dos regimes comunistas da Europa Central e Oriental. Por esse acordo, todos os bispos nomeados e consagrados, com o pleno consentimento do governo de Praga, são militantes do movimento clerical "Pacem in Terris", comprometidos, como os padres "patrióticos" da Hungria ou os padres "amantes da paz" da Polónia, com o regime comunista. Para eles é mais importante estar a serviço da política do Estado do que a serviço da religião da Igreja. Este segundo serviço deve ser moldado segundo os interesses do primeiro. Aliás, este o primeiro "modus vivendi" estipulado entre o Vaticano e um regime comunista, que não representa um compromisso, mas o atendimento de todas as exigências do regime, hoje sumamente satisfatório.

Diante destas circunstâncias, não vemos motivos eclesiais que possam impedir os católicos franceses, argentinos ou chilenos de sufragarem com seus votos uma coligação da esquerda marxista ou mesmo o próprio Partido Comunista, ou qualquer movimento político com sabores populistas ou cheirando a "terceiro mundo". Seu voto, afinal, é uma ação que pode ser recompensada com um bispado e suas pompas.

Ainda uma vez os vestibulares

A recente Portaria assinada pelo ministro da Educação, regulando os exames vestibulares para 1974, oferece um aspecto positivo, que é realmente digno de menção. Queremos referir-nos ao artigo 6.º do texto, de acordo com o qual "as provas do concurso vestibular serão elaboradas com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, predominando a verificação da capacidade de raciocínio, de pensamento crítico, de compreensão de análise e síntese conteúdos factuais volvam-se simples mecanismos". Esse artigo vem a filosofar exatamente a lei da reforma, de acordo com o vestibular de formação de candidatos e intelectual práticos superiores" (n.º 5.540). Entre os objetivos os meios para alcançar a eficiência e a produtividade, vem a importância da qualificação dos recursos humanos.

Exterior

Racionalização da produção de alimentos